

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS /UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS /CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

A LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE SURDO: FORMAÇÃO ACADÊMICA “ANTES E DURANTE” A PANDEMIA NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS/CESP UEA

Beneilson Sena Viana¹

Orientadora: Francisca Keila de Freitas Amoedo²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo verificar como foi trabalhada a língua portuguesa com acadêmicos surdos no Centro de Estudos Superiores de Parintins antes e durante a pandemia, ponderando que os mesmos estão em processo de formação docente e futuramente estarão atuando como professores. Tal objetivo nos faz buscar informações específicas dentro do atendimento oferecido pela universidade por meio dos profissionais intérpretes, tutores e ações do Núcleo de Acessibilidade, considerando o período que antecede a pandemia e o momento atual que vivenciamos e as aulas que foram realizadas de forma híbrida. *A priori* sabemos que a universidade tem o papel fundamental de contribuir com formações de professores e que no Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP/UEA, temos um número expressivo de licenciados surdos nos diversos cursos, inclusive ressaltamos os acadêmicos que estão no curso de licenciatura em Letras os quais necessitam de um conhecimento mais profundo sobre a língua Portuguesa, devido à próprio PPC e a matriz curricular do curso. Assim, buscamos fundamentarmos teoricamente trazendo referências por meio de autores como GADOTTI (1999), MONTEIRO (2010). Que nos embasa em seu trabalho que o homem é um ser inacabado. Podemos entender que nós seres humanos estamos sempre em busca de aprender e nos desenvolver cada vez mais e os novo mecanismo tecnológico serve como fio condutor no desenvolvimento educacional de pessoa especiais. Enquanto o procedimento Metodológico é pesquisa qualitativa, que vem explicar enquanto método o dialético, no qual dialoga com a realidade desse ato inclusivo. Concluímos com o resultado da pesquisa pautado nos diálogos e observações realizadas nas aulas pelos grupos de WhatsApp atendimento presencial que ocorrerá dependendo da necessidade.

Palavras chaves: Formação. Acessibilidade. Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A temática abordada é uma questão discutida ao longo dos tempos tanto pela comunidade surda como por professores e linguistas, pois a Língua Portuguesa escrita por estudantes surdos ainda se encontra em processo de desenvolvimento, uma vez que, pensar da garantia legal da educação bilíngue, os surdos tem como língua materna a Libras, que vem de um contexto visual gestual, fazendo como que os mesmos continuem tendo muita dificuldade na modalidade escrita.

Diante de tal cenário, temos como problemática a questão de como a língua portuguesa é trabalhada com acadêmicos surdos antes e durante a pandemia considerando que os mesmos estão em processo de formação docente e futuramente estarão atuando como professores, inclusive professores de língua portuguesa. Partindo da questão problema o objetivo geral que norteou a pesquisa foi verificar como foi trabalhada a língua portuguesa com acadêmicos surdos

no Centro de Estudos Superiores de Parintins no período anterior a pandemia e durante essa temporada difícil que vivenciamos.

Foram traçados ainda os objetivos específicos que iniciou o levantamento de informações sobre o(s) material(is) didático(s) utilizado(s) para o entendimento dos conteúdos da Língua Portuguesa, em seguida foi observado a execução dos suportes educacionais utilizado antes e durante a pandemia no CESP/UEA, o terceiro objetivo específico serviu para identificarmos as estratégias e os recursos utilizados para uma melhor compreensão entre Libras e Língua Portuguesa.

Com essa trajetória justificamos, neste artigo, a temática escolhida, pois entendemos ser necessário que estudos no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Parintins, possam ser divulgados, considerando o número de acadêmicos surdos nos cursos de formação de professores a partir do atendimento a eles direcionados.

Mesmo que a Língua Portuguesa seja sua segunda língua, os licenciando surdos possam utilizar de uma forma mais compreensiva e coerente nas atividades de leitura e escrita. Os alunos surdos ainda sentem dificuldades em dominar o conteúdo escrito em português, e por consequência disto, acabam perdendo o interesse em determinados assuntos principalmente referentes à leitura, interpretação e construção de um texto.

Formação de professores surdos no Brasil

A educação brasileira é construída por várias leis, decretos, resoluções, declarações e ementas constitucionais, que atendem a diversos seguimentos ou modalidades da educação. Influenciadas por documentos mundiais, que compõem a educação como mecanismo transformador da sociedade nacional e internacional, é direito de todos e considerada como um instrumento de paz entre os povos. Sobretudo de crescimento econômico, atendendo ao mercado cada vez mais rigoroso.

Nota-se neste pensamento mercadológica uma urgência na formação. Instruir o estudante para atender a demanda do mercado. A educação, portanto é um meio de ascensão social. Segundo Sobral (2000, n. p.):

A educação é importante para o país enquanto condição de competitividade, no sentido de permitir a entrada no novo paradigma produtivo que é baseado, sobretudo, na dominação do conhecimento. Porém a educação também é considerada relevante no que se refere ao seu papel de diminuição das desigualdades sociais, ou seja, como promotora de cidadania social. Desenvolvimento é obtido através de uma maior competitividade dos indivíduos, das empresas e do país no mercado internacional, bem como através de uma maior participação social dos cidadãos (SOBRAL, 2000).

No momento em que pensamos em educação para todos os cidadãos, no entendimento geral, é que todos têm o direito de recebê-la, independentemente, se o indivíduo é rico, pobre, negro, índio, branco, com deficiência, entre outros. Levando em consideração este raciocínio, a Constituição da República Federal do Brasil de 2019 estimulou algumas diretrizes no âmbito educacional, determinando o direito de todos à educação. No artigo 205 reponsabilidade do Estado Federal em proporcionar a educação, consta:

Dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita do 4 (quatro) ao 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que ela não tiverem acesso na idade própria (BRASIL, 2019, p. 145).

A Constituição Federal (2019) expõe também as garantias do ensino para todos, e assim o entendimento especializado na rede regular de ensino, e também o atendimento a “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (artigos. 208, IV, P. 145). Essa lei é de grande importância, visto que as constituições não se referem na questão da educação, principalmente para os deficientes, percebe-se isto, na primeira Constituição do Brasil de 1824 e de 1967. A Constituição Federal de 1824 diz apenas que “instrução primária é direito de todos os cidadãos”. Isto significa que nem todos tinham direito, neste grupo de cidadãos não estão incluídos os negros nem os deficientes. Segundo Perlin (2006):

Antes de surgirem estas discussões sobre a educação, os sujeitos surdos eram rejeitados pela sociedade e posteriormente eram isolados nos asilos para que pudessem ser protegidos, pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua anormalidade, ou seja, aquela conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos, viam-nos ‘anormais ou doentes’ muitos anos depois os sujeitos surdos passam a ser vistos como cidadãos com direito e deveres da participação na sociedade, mas sob uma visão de assistencial excluída (PERLIN, 2006, p. 6).

Os Direitos para as pessoas surdas só vieram se estabilizar na criação da Lei nº 9.934/96 – Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional que garante à pessoa surda o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

São vários fatores condicionais existentes em nossa sociedade, a educação inclusiva vem quebrar esse paradigma buscando construir uma educação revolucionária, no qual, os seres humanos constroem o conhecimento por meio da sua singularidade, cada indivíduo possuindo suas próprias características, valores e diferenças, mas todos com o mesmo objetivo: buscando uma aprendizagem de qualidade, desenvolvendo seu conhecimento de acordo com suas necessidades. No entanto quando falamos de inclusão certamente imaginamos pessoas com deficiência, desta forma

[...] Parece uma ideia condicional de que a inclusão é para os alunos da educação especial migrarem das classes e escolas especiais para as turmas do ensino regular. Esse argumento é tão forte que mal permite discutir outra modalidade de exclusão: a dos alunos que nunca tiveram acesso às escolas, sejam alunos com ou sem deficiência e que precisam nelas ingressar, permanecer e aprender (MACHADO, 2014, p. 259-260).

A educação direcionada para surdo abre caminho para diversas discussões. Isto acontece principalmente por causa da língua, pois ela é diferente da língua do ouvinte, ou seja, a libras tem sua própria gramática. Para abordar a inclusão do surdo é preciso considerar antes da comunicação estabelecida em sala de aula, a comunicação utilizada pela família, observando como a criança se comunicava em casa.

Aquilo que ocorre no âmbito familiar de qualquer aluno tem uma grande importância em seu desenvolvimento e em sua aprendizagem. As relações que existem na família, o clima social e emocional, o acompanhamento dos progressos da criança e as expectativas em relação a ela são fatores de grande influência na evolução de todas as crianças. No caso das crianças surdas, além daquelas, há um aspecto do ambiente familiar que tem uma relevância particular: o tipo de comunicação que se utiliza em casa (COLL, 2004, p. 185).

O surdo precisa ser respeitado, mas acima de tudo considerado como surdo, pois muitas pessoas querem comparar a aprendizagem do surdo com a do ouvinte. O surdo aprende de maneira totalmente diferente da pessoa ouvinte e isto deve ser observado. Sá ressalta que:

É preciso tratar as crianças ouvinte como ouvintes ao ensiná-las a ler e escrever com base no mapeamento grafema-fonema; e tratar as crianças surdas como surdas ao combinar língua de sinais naturais e sistemas de sinais especialmente desenhados com cued speech e visual phonics, cada qual em seu tempo certo, Para ensiná-las a ler e escrever Alfabeticamente e fomentar suas habilidades de compreensão da língua falada (2011, p. 17).

No que se refere-se à percepção de mundo, para a pessoa surda é totalmente diferente do ouvinte. Esse fato muitas vezes não é levado em consideração no momento que vão ensiná-los. Como isso, o surdo necessita condicionante para ter um entendimento melhor sobre determinado assunto.

Apresentação de filme é um grande suporte para a aprendizagem de acordo com Lima (2018), esse método pode ser testado em sala de aula, mas para haver uma melhor utilidade é preciso que o filme contenha legenda. Muito importante que o professor também use o quadro para fazer desenhos, detalhes ou até mesmo esquematizar a suas ideias. Porém, é necessário a utilização de cores diferentes. Setas e símbolos que auxiliem no entendimento do conteúdo. Os conceitos do assunto podem ser apresentados em imagem, os slides precisam ser construídos com detalhes e informações visuais possíveis com frases referenciada às ilustrações expostas.

Os professores precisam aprender alguns conceitos básicos para se adequar ao contexto do surdo. Assim poderá realizar muito mais atividades com acessibilidade, atividades práticas

que os surdos possam participar e entender o que pode ser realizado, então não precisará estar sempre ao lado do intérprete.

O processo educacional do surdo

Apesar das grandes conquistas dos surdos, ainda percebemos que muitos professores não procuram trazer para suas aulas um suporte educacional que possa conter informação em libras e em Língua Portuguesa, pois pessoas surdas utilizam bastante das estratégias visuais para um melhor conhecimento sobre o mundo.

A língua escrita para indivíduos que não conhecem a oralidade é um grande desafio tanto para os profissionais como para os próprios alunos em suas respectivas turmas. O déficit encontrado não corresponde por decorrência da surdez em si, mas principalmente pelo desconhecimento da Língua Portuguesa falada, já que os estudantes surdos se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua visual-especial, que possui estrutura própria. Noda (2010) aponta o erro mais comum ao se ensinar as pessoas surdas e o certo a ser feito:

Tentar “oralizar” a criança surda – mesmo que possuem resquícios de audição. O ideal é que todos dominem Libras para então aprender uma segunda Língua, que é a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. A tentativa de oralização prejudica o desenvolvimento, pois impede que a crianças aprendam tanto a Língua Portuguesa falada quando a Libras (NODA, 2010, p. 2).

Para este método de ensino por meio do oralismo, ou seja, desenvolver a fala do surdo, e para os defensores deste método, a língua falada era de extrema importância para a comunicação e desenvolvimento dos surdos. Esta forma foi elaborada e defendida em um evento internacional realizado em Milão/Itália chamado Congresso Internacional de Educação de Surdos. Além disso, a surdez era considerada uma deficiência assim como Goldfeld (1997) destaca:

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação, possibilitaria a aprendizagem da língua Portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade. (GOLDFELD, 1997, p. 34).

No entanto, foi constatado que os indivíduos surdos desenvolvidos pelo método Oralista jamais conseguiriam se comunicar ou até falar como os ouvintes de maneira satisfatória. Apesar dos esforços em impor a prática oralista, os mesmos continuavam se comunicando por meio da língua de sinais. Com isso, ficou decidido que os surdos poderiam se comunicar por meio de qualquer meio de comunicação, fazendo assim, surgir o método da comunicação total. Segundo Schelp (2008), o principal intuito era usar qualquer estratégia que resgatasse a comunicação

dos surdos. Esta forma trabalhava a junção da língua de sinais com os gestos, mímicas, leitura labial, entre outros recursos para uma melhor compreensão da língua oral. Ciccone (1996) afirma que:

A comunicação total é uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. Não é, tão somente, mais um método na área e seria realmente, um equívoco considerá-la, inicialmente, como tal [...]. A comunicação total, entretanto, não é uma filosofia educacional que se preocupa com ideias paternalistas. O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém com quem se possa trocar ideias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares (ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas especializadas, possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um seu desenvolvimento harmônico. Condições, portanto, para que lhe sejam franqueadas mais justas oportunidades, de modo que possa ele, por si mesmo lutar em busca de espaços sociais a que, inquestionavelmente, tem direito. (CICCONE, 1996, p. 06-08).

Dessa forma, a comunicação total se mostrou mais eficaz no desenvolvimento dos surdos, contudo não apresentou resultados relevantes, já que sua abordagem defendia o uso simultâneo das duas línguas: a fala e os sinais (bimodalismo) e por serem duas línguas distintas e com estruturas diferentes dificultava a aprendizagem dos alunos surdos.

A metodologia Bilinguismo apresentou uma melhor qualidade, visto que, trabalha com duas línguas no contexto escolar, essas duas línguas em questão são: Língua Portuguesa escrita e a Língua Brasileira de Sinais – Libras. O bilinguismo conforme Lacerda (1998):

[...] contrapõe-se ao modelo oralismo porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra (LACERDA, 1998, p. 10).

Lacerda (1998), acredita que por meio do método do Bilinguismo os surdos absorvem muito mais conhecimento por meio da visão, bem diferente da comunicação total. Em outras palavras, a mistura entre línguas atrapalha os surdos em seu desenvolvimento, já que cada língua é dependente, possui sua própria estrutura. No pensamento de Guarinello (2007):

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que propõe e torna acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. [...] Na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária) (GUARINELLA, 2007, p. 45-46).

Podemos perceber que o bilinguismo foi uma metodologia adotada a partir das reivindicações dos surdos, uma vez que, os mesmos possuem a possibilidade e a capacidade de acessar as duas Línguas em um mesmo contexto, assim Santana (2007) enfatiza que:

O bilinguismo inaugura um novo debate na área da surdez, ele defende a primazia da língua portuguesa, antes aprendida simultaneamente na comunicação total, ou isoladamente no oralismo. Essa primazia, defendida por muitos autores tem por base dois argumentos. Primeiro, a presença de um período crucial para a aquisição da linguagem. Segundo, a existência de uma competência inata, na qual para aprender uma língua, bastaria estar imerso em comunidade linguística e receber dela inputs linguísticos cruciais (SANTANA, 2007, p. 166).

O surdo tem direitos aos conteúdos, sendo por meio da língua portuguesa (escrita) e da língua de sinais. Certamente, para um melhor aproveitamento do acadêmico surdo, seria inovador na Universidade do Estado do Amazonas em Parintins, que os professores, além de buscar aprender a Libras, desenvolvessem em seu trabalho de ensino, a palavra escrita em conjuntos com ilustrações representativas.

A língua portuguesa na formação do acadêmico surdo antes da pandemia

Apesar do surdo ter como língua natural a libras, também é de direito a aprendizagem do português escrito, uma vez que as mediações simbólicas que regem as relações do homem com os conhecimentos adquiridos historicamente são efetivados, em grande parte, pelo registro escrito. Dentro do contexto da formação de professores, faz com que seja necessário chegarmos ao entendimento que o ensino do português como segunda língua para surdos deve ser realizado com base em uma língua passível de compreensão já que, “tem na L1 a base para a compreensão e significação dos processos socioculturais, históricos e ideológicos que perpassam a L2” (LODI, (2004, p. 31). Assim, propicia o acesso a conhecimentos e os encontros com os diferentes discursos.

Entretanto, o acadêmico surdo não pode aprender o português no mesmo espaço dos falantes dessa língua, uma vez que as professoras de ouvintes conduzem as aulas atendendo ao grupo majoritário, que tem o português como língua materna. Para o surdo, esse processo deve ser conduzido como ensino de segunda língua, pois “o letramento no português é dependente da constituição de seu sentido em língua de sinais” (FERNANDES, 2006, p. 122).

Assim, mesmo nos cursos de formação de professores, como é o caso do curso de Letras, o domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pelos acadêmicos surdos é fundamental para a construção do conhecimento. Todavia, a falta de contato com pares surdos,

usuários de Libras, associada ao histórico de oralização a que essa população foi submetida, reflete a precariedade de acesso a essa língua, já que a maioria dos surdos é oriunda de famílias ouvintes, com pouco ou nenhum contato com a Libras, portanto, sem oportunidade para um adequado desenvolvimento da linguagem, o que vem dificultando a compreensão do acadêmico surdo durante as aulas na universidade.

Tal situação faz com que os resultados acadêmicos insatisfatórios de universitários surdos incluídos dentro do ensino superior, torne-se premente uma intervenção nesse campo, tendo em vista a aprendizagem da leitura e da escrita em Língua Portuguesa de maneira autônoma, o que talvez não tenha acontecido também nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma o que percebemos nas aulas dos cursos de licenciatura é que mesmo com a presença de intérpretes na sala de aula, há uma defasagem muito grande na formação acadêmica das pessoas surdas enquanto professores, pois como a maioria dos professores da universidade possuem uma língua oral, isso acaba fazendo com que as metodologias utilizadas sejam uniformes, o que não vai atender aos acadêmicos surdos. Por isso, abordar o ensino do português como segunda língua para sujeitos surdos é de suma importância e tem sido defendido por vários autores preocupados com essa realidade (LODI, 2004; PEIXOTO, 2006)

Apesar de assegurado o direito a uma educação que atenda a suas demandas linguísticas, nem todos os alunos surdos têm acesso à educação bilíngue. Isso, porque a educação de surdos é marcada por diversas ações muitas vezes ineficientes para atender a suas especificidades, pois é comum que, ao final da escolarização básica, esses alunos não sejam capazes de ler e de escrever satisfatoriamente, ou de ter um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos (LACERDA, 1998). Tal cenário é reflexo de um processo de educação que não atende às singularidades, os quais acabam sendo promovidos mesmo sem o desenvolvimento de habilidades e competências previstas para os conteúdos acadêmicos de cada etapa de formação

Apesar de a língua de sinais ser considerada a língua natural dos surdos, não basta ser surdo para adquiri-la, ou seja, sua apropriação não é inerente à condição de surdez. Para o surdo se tornar usuário de Libras, é necessário que esteja inserido em ambientes propícios à troca dialógica de experiências com outros falantes dessa língua.

Considerando que cerca de 90% dos surdos nascem em famílias de ouvintes, as quais fazem uso de uma língua sem nenhuma significação para eles (FERNANDES, 2006), é comum que os surdos tenham um desenvolvimento tardio de linguagem e de outras funções mentais superiores, pois há uma grande redução das trocas simbólicas como meio social, já que não há

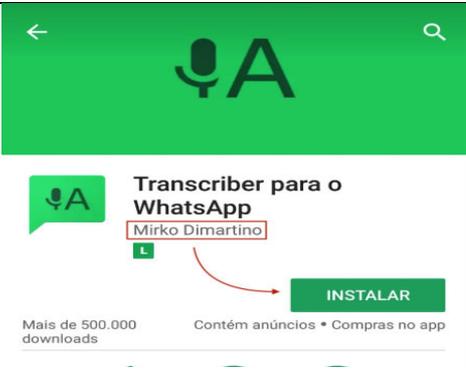
a mediação de uma língua para estabelecer esse diálogo. No entanto, vale ressaltar que, Mesmo que os surdos tenham acesso tardio à língua de sinais, ainda será nessa língua que grande parte deles se apoiará para a aquisição dos conteúdos curriculares, principalmente, os relacionados à leitura e à escrita (GUARINELLO, 2006). O surdo compreende melhor a língua Portuguesa com segunda língua.

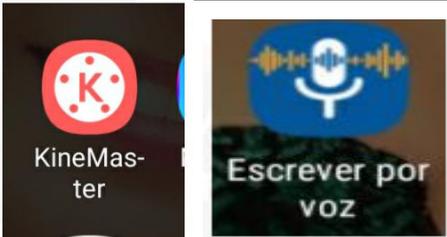
Segundo Vygostky (2008) A linguagem é um evento social que se desenvolve a partir das interações sociais, nas relações interpessoais. Assim no processo de constituição da linguagem, e por seu intermédio, que os conceitos são construídos e os significados e sentidos são apropriados. Assim, as funções mentais superiores são construídas ao longo da história social do sujeito, em sua relação com o mundo.

A língua portuguesa na formação do acadêmico surdo durante a pandemia

As melhores maneiras para desenvolver ensino de excelência direcionado para surdos dentro da faculdade, precisa preparar um dos principais sujeitos do processo de inclusão: o professor, pois é necessário refletir como um princípio fundamentado na igualdade de direitos, que respeitem a singularidade e especificidade do aluno surdo, ou seja, precisa de estratégias pedagógicas que respeitem e amparem os surdos.

No período da pandemia, em que o isolamento social fez-se necessário para conter a velocidade de propagação do novo coronavírus, o ambiente escolar migrou para telas de computadores e de celulares durante o período de suspensão das aulas presenciais. As aulas foram desenvolvidas através de aplicativos como:

	<p>O Transcriber for WhatsApp é um aplicativo gratuito para celulares Android que converte as mensagens de áudio recebidas via WhatsApp em texto. O recurso é importante para quem tem problemas de audição ou simplesmente não quer ouvir o conteúdo em locais públicos e prefere manter a discrição</p>
---	--

	
	
	<p>A suite VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas.</p>
	<p>Uso editor de imagens. Baixo o vídeo. faço A transcrição é edito a legenda . Uso esse é mais um</p>
	<p>O Telegram é um serviço de mensagens instantâneas baseado na nuvem. O Telegram está disponível para smartphones ou tablets, computadores e também como Aplicação web. Os usuários podem fazer chamadas com vídeo, enviar mensagens e trocar fotos, vídeos,</p>

Figuras retirada do site: www.plataformasdigitais para educação de surdos 2020.

Essa alternativa foi realizada para manter o calendário de ensino, contudo, precisa ser acessível à parcela da população que busca visibilidade, neste caso específico os acadêmicos surdos. A pandemia fez com que cada unidade de ensino criasse um plano de atividades domiciliares para cumprir a carga horária obrigatória durante a suspensão do ensino presencial, conforme reuniões de grupos ligados a educação e saúde de cada estado e município. Com isso, a Universidade do Estado do Amazonas/ UEA apoia estudantes e educadores dentro de um

processo denominado de Ensino Híbrido o qual acontece quando se mescla períodos on-line com períodos presenciais na educação, o aluno em contexto de ensino híbrido pode ser realizada por meio do uso de metodologias ativas nos processos pedagógicos, o que será sempre por iniciativa do professor para o uso de aparatos tecnológicos, a fim de facilitar a conexão nas plataformas digitais como Aluno Online, Professor Online e o Google Sala de Aula ou planos de estudos, enviados aos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o projeto pedagógico do curso de graduação de licenciatura em língua Portuguesa, o curso de Licenciatura em letras Língua Portuguesa do CESP/UEA foi instituída pelo decreto Nº 21. 963 de 27 de junho de 2001, que aprovou o estatuto da Universidade do estado do Amazonas, e reconhecido pela Resolução nº 69/2008-CEE, datada de 19/08/2008, publicado no DOE DE 12/02/2009. O curso oferece aos futuros alunos, turmas nos períodos diurno e/ou noturno, intercalando anualmente a oferta nos concursos de vestibular da UEA. As disciplinas do curso esmiúçam conteúdos essenciais de linguística, Língua portuguesa e Literaturas desenvolvida no Brasil, Portugal e África. Além disso, formação na área pedagógica e didática com objetivo responder aos novos desafios da educação no século XXI

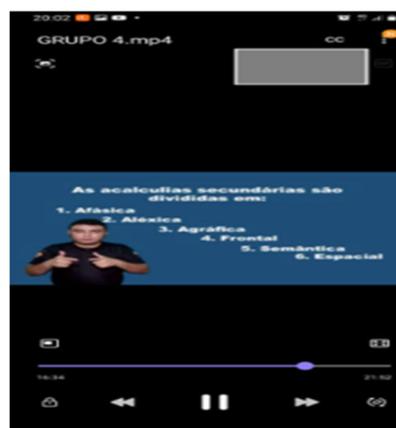
Levando em consideração o cenário de globalização, desafios geopolíticos, emergência dos direitos humanos e a compreensão da língua em suas múltiplas práticas de linguagem, o curso dentro da área profissional induz o contanto com conhecimento recente e inovador, com destaque para: Libras, uma disciplina obrigatória, com 60h teóricas e 30 horas práticas atendendo ao decreto Nº 5. 626/2005. O colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa do CESP/UEA, possui nove professores, Todos são efetivos, sendo 03 doutores, e 06 mestres. Atualmente dispõe de 8 licenciatura e 1 curso de engenharia.

Atualmente nos cursos de licenciatura encontramos a disciplina de Libras como disciplina obrigatória. Dessa forma, o surdo dentro na faculdade não se sente um estrangeiro dentro do seu próprio país, visto que, todos estudam o básico da língua de sinais, estabelecendo a troca de conhecimento entre as pessoas. Os surdos todos os dias conquistam seu lugar no mundo, mas com a chegada da pandemia, conceitos metodológicos foram repensados.

Estratégia de ensino para acadêmicos surdos em tempos de pandemia

Entendemos que dentro das metodologias utilizadas como as plataformas digitais e o acesso à internet, é importante ressaltar que a educação dos acadêmicos surdos não seja apenas

para realizar atividades como uma máquina de reprodução, sem uma maior significação, deixando-os com lacunas no processo de aprendizagem da língua portuguesa. De acordo com (FREIRE, 2003, p. 47) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”. Assim, os educadores precisam criar possibilidades para a produção ou construção do conhecimento.



(Pesquisa de campo, 2021-figura 1 (um) e 2 (dois))

Acima de tudo, levar em consideração os recursos estratégicos pedagógicos pensados como um processo no qual o educador descubra as intenções e desejo do aluno.

A estratégia pedagógica não pode ser simplesmente um recurso externo, algo que movimenta o aluno em direção ao conhecimento. Em uma outra perspectiva, ela se orienta para a relação social que passa a ser uma condição para a aprendizagem, pois só ela dá possibilidade e conhecer o pensar do outro e interferir nele (TACCA, 2006, p. 48).

É importante que os professores levem em consideração o pensamento do aluno, para que em comunhão construam um espaço onde expressem seus conhecimentos, atitudes, dúvidas e angústias. O processo educacional necessita ser significativo, propiciando as trocas um com o outro, juntando uma construção de pensamentos e emoções.

Faz-se importante haver o diálogo, por essa razão, os professores devem obter conhecimentos básicos da língua Brasileira de Sinais, pois a aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita se torna possível, já que a construção de ambas ocorre continuamente, no qual uma língua influencia a outra. De acordo com Santos e Kelman (2007), em uma pesquisa realizada por meio de uma observação participativa ocorrida no Centro de Apoio ao Surdo – CAS / SEEDF, onde os alunos que participaram do evento, tinham idade entre 17 a 36

anos, e alguns alunos já haviam concluído do ensino superior, percebeu-se que todos os indivíduos curtiram o programa voluntariamente com objetivo de melhorar o domínio da língua portuguesa. A estratégia pedagógica utilizada foi a charada.

Os alunos foram divididos em dois grupos. Cada grupo recebe um envelope com fichas rosas e verdes. As fichas verdes são as charadas e as rosas, as respostas das charadas. Foi dado o tempo de 20 minutos para que encontrassem a resposta correta. Ao final do tempo, a professora pediu que um aluno de cada grupo fosse à frente da turma a apresentasse a charada com a resposta que considerasse correta. Era pedido também que explicasse sua resposta. Então a professora ia à frente e confirmava se a resposta estava certa ou não. Caso fosse incorreta, explicava o significado da pergunta e da resposta, sempre utilizando a base de explicação já feita anteriormente pelos grupos. (SANTOS, KELMAN, 2007, p. 6).

Propiciando didáticas em sala de aula, o aluno pode ter facilidade em absorver determinados assuntos, conhecimentos. As metodologias de ensino têm um papel fundamental no processo de incrementos da autonomia do aluno na aprendizagem. Mediante a isso, podemos compreender a importância de uma boa estratégia de ensino.

Por essa razão, a existência da disciplina de Libras na grade curricular dos cursos de graduação em Parintins, aumenta as chances de conquista dos surdos, pois a compreensão do surdo se estabelece por meio de sua língua natural. No presente trabalho de Gomes (2015), que pesquisou em sua tese tendo com metodologia um estudo de caso do trabalho do docente surdo, a autora ressalta sobre a presença do surdo em sala de aula, onde não ocorre um estímulo para a prática da língua de sinais, “os alunos surdos ficam isolados, silenciados, marginalizados, sem interagir e sem protagonizar suas próprias histórias nesses ambientes, não havendo, pois, interação entre os estudantes surdos e os demais colegas”. (GOMES, 2015, p. 29). Além disso, Gomes (2015) reafirma a notabilidade da língua Brasileira de Sinais no espaço de interação dos surdos, pois precisa haver interação com o outro, já que assim, abre espaço para conhecer novas perspectivas do mundo. A interação com o outro é um viés relevante, uma vez que:

[...] a linguagem emerge para que o homem possa perceber o mundo categorizando a realidade, interagindo com o outro, buscando informações e transmitindo-as, influenciando com suas opiniões, com seus sentimentos, com suas emoções, a fim de fortalecer os laços sociais, identificando-se com o outro (FIORIN, 2013, p. 30 *apud* GOMES, 2015, p. 41).

A linguagem é essencial para que o sujeito se estabeleça e dê sentido a sua realidade. Nas relações sociais os sujeitos surdos constituem uma realidade e são por ela constituídos.

O levantamento sobre os métodos se dá acima dos trabalhos de Daroque (2011). Ele destacou desafios comunicacionais sem uma didática adaptada para suprir suas necessidades linguísticas e principalmente problemas com a língua escrita. Esses problemas refletidos na universidade, de acordo com a autora, dar-se pela qualidade baixa de ensino na educação básica. Então, em nossa formação, vamos ocupar esse espaço que apresenta um ensino de nível baixo.

Os conhecimentos das abordagens apresentadas, a realidade futura pode ser de outra maneira, em outras palavras, devemos nos atentar para o ensino das pessoas com necessidades especiais com objetivo de contribuir para o ensino dos jovens surdos e outros que apresentem maneiras diferentes de aprender.

A universidade oferece para os acadêmicos surdos, os tutores. Esses colaboradores são mediadores do processo de aprendizagem dos acadêmicos e são cruciais para produzir condições que contribua na construção do conhecimento intelectual do universitário. O tutor é uma ferramenta educacional que sana as dúvidas, avalia, tenta identificar as dificuldades. Um tutor deve ser reconhecido como um sujeito que participa ativamente das atividades pedagógicas, pois está ativamente no processo de construção do conhecimento do aluno.

Outro profissional de extrema importância para mediar o acesso aos conhecimentos para o indivíduo surdo é o intérprete. É responsável em fazer a ligação comunicativa entre os surdos e as pessoas ao redor, pois está envolvido nas línguas sinalizadas ou faladas, isto é, modalidade visual-espacial ou oral-auditiva. Dessa forma, o mesmo é capaz de interpretar para a língua portuguesa o que o surdo está sinalizando, para que assim, os ouvintes possam entender o que está sendo discutido. Margalhães (2013) aponta que:

O ato de interpretar é uma tarefa muito mais complexa do que se presume e exige dos envolvidos não somente a prática de interpretação, mas profundo conhecimento teórico sobre a área desenvolvida em sala de aula. No desempenho da função do intérprete algumas questões merecem reflexão quando ao processo educacional do aluno surdo (MARGALHÃES, 2013, p. 81).

Não basta apenas saber interpretar, é necessário obter uma formação superior principalmente na área na qual o aluno surdo está cursando. Apesar disso, a função de interpretar conforme diz Margalhães (2013), apresenta aspectos positivo e negativos, pois com a participação do intérprete dentro de sala de aula, o aluno surdo pode aprender mais fácil e melhor o conteúdo, o ensino-aprendizagem fica satisfatório, o professor pode foca em outros alunos, o aluno surdo pode elevar seu nível de aprendizagem. No entanto, o intérprete pode falhar no ensino do conteúdo, o aluno foca mais no intérprete perdendo as reações do professor, os outros alunos podem perder o foco por estar prestando atenção do intérprete, o professor em sala pode não gostar de estar sendo interpretado, o professor então possuirá pouco contato com o aluno surdo.

Com isso, o tutor e principalmente o intérprete são os responsáveis por realizar a ponte, estabelecendo conhecimento de uma cultura a outra, e mutualmente, numa compatibilidade dialógica.

PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo que fundamenta este estudo contou com a participação de 5 (cinco) voluntários da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, sendo dois intérpretes, um tutor e dois acadêmicos surdos. Através dessa pesquisa buscamos entender os desafios dos jovens surdos na universidade, no qual majoritariamente possui muito mais alunos ouvintes.

Os dados apresentados a seguir ilustram a experiência do surdo, intérprete e tutor. Primeiramente foi elaborado perguntas direcionadas a tutora de um dos alunos:

Quanto tempo você é tutora?	Tutora: “oficialmente atuo como tutora bolsista desde o terceiro período, junho de 2019, mas já atuava como tutora voluntária no contraturno desde agosto de 2018”
Qual a função do tutor em sala de aula?	Tutora: “Eu auxílio e/ou oriento o acadêmico surdo nas atividades acadêmicas, principalmente, no que diz respeito a leitura e escrita, considerando estas as maiores dificuldades do tutorado. Atuando em atividades como mediação de leitura e qualquer dúvida o que o acadêmico tenha referente aos conteúdos, atividades ou avaliações, também atuo no contraturno exercendo essas mesmas funções. Na sala de aula presencial e/ou virtual a tutoria é realizada em conjunto com a intérprete, assim como as atividades no contraturno na UEA no período da pandemia. Anteriormente, a tutoria em contraturno acontecia nas dependências da UEA entre tutora e acadêmico surdo. Na pandemia, as atividades aconteciam por meio de conversa particular no Whatsapp com envio dos conteúdos das aulas, vídeos em Libras com orientação/explicação das atividades e videochamadas. Considerando que o acadêmico não tinha computador, também fazia a digitação e revisão das atividades e textos escritos pelo acadêmico surdo”.
Como foi trabalhar como tutor de forma híbrida em tempos de pandemia? 	Tutora: “Trabalhar como tutora em tempos de pandemia foi dificultoso, considerando que migramos para uma nova modalidade de ensino a qual não estávamos adaptados. Uma modalidade de ensino que para a realidade parintinense torna ainda mais complicada, tendo em vista a internet em nossa cidade é precária. Devido a essas dificuldades técnicas, a realização das atividades de tutoria foram, ainda são, complicadas, porque dificulta o contato virtual com o acadêmico surdo, além de dificuldades pessoais e particulares de cada um, inclusive dificuldades financeiras que prejudicam o desenvolvimento acadêmico e a participação nas atividades online que por vezes provoca desmotivação para os estudos, tanto para a tutora quanto para o acadêmico surdo. Muitas barreiras tiveram que ser enfrentadas e adaptadas para a tutoria e o acompanhamento do acadêmico surdo acontecesse e este conseguisse bons resultados nas disciplinas. Apesar das dificuldades, a de destacar os aprendizados que o projeto proporciona como forma iniciação à docência, sendo eu professora em formação, o que possibilita um aprendizado enriquecedor, pois desde a graduação, nós tutores, já atuamos no processo de ensino-aprendizagem. Isso futuramente contribuirá na nossa formação quando em sala de aula houver alunos PcDs, a experiência da tutoria auxiliará na nossa atuação em sala de aula quando formos professores formados”.



Como foi dito acima, a função de tutor não é um tarefa simples, o responsável precisa está bastante atento nas aula para pode fornecer, em conjunto com a intérprete, informações importantes e corretas para o acadêmico. A Resolução nº 010/2011-Consuniv, programa de inclusão e acessibilidade para pessoas especiais, define no artigo 5º a principal meta da tutoria.

Art. 5º. “Com a finalidade de prestar apoio acadêmico aos estudantes portadores de necessidades especiais, a Universidade do estado do Amazonas adotará uma modalidade de bolsa discente denominada bolsa Tutora, através do acompanhamento de um discente matriculado na mesma turma, período e curso. (RESOLUÇÃO Nº 010/2011).

O aluno tutor auxilia, principalmente, na dificuldade de leitura e na escrita da língua portuguesa, pois há diferença entre as duas línguas. Por conta desse obstáculo o aluno com necessidade especial pode solicitar a assistência de um tutor. Entretanto, a Resolução nº 010/2011, estabelece alguns critérios de seleção. Sendo assim, a pessoa que se disponibilizar, necessita de um coeficiente acima de 7 (sete), capacidade de trabalhar em grupo, disponibilidade e compromisso para atender as demandas solicitadas.

Por essa razão, o acompanhamento educacional prestado pela tutora na universidade do estado do Amazonas é de suma importância, especialmente nesse momento de pandemia, no qual trouxe situações desafiadores para vida pessoal e profissional. Um dos desafios encontrados foi a suspensão das aulas presenciais e a proposta para o ensino de forma remota. Previsto na portaria nº 343, publicado no dia 18 de março de 2020, no diário oficial da União (DOU), a qual “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19”, mas para o surdo expõem algumas dificuldades de aprendizagem nesse modelo, principalmente por conta do acesso à internet na cidade de Parintins.

Em seguida, analisaremos as respostas da intérprete do acadêmico surdo, conforme sua experiência.

<p>Qual sua formação?</p>	<p>Intérprete: “Licenciatura em Pedagogia. Especialista em LIBRAS com Docência no Ensino Superior”.</p>
<p>Qual a função do interprete em sala de aula?</p>	<p>Intérprete: “Mediar a comunicação entre acadêmico surdo e ouvintes nas atividades relacionadas a vida acadêmica para que este se sinta como parte do processo de construção do conhecimento dentro da academia para que enquanto futuro profissional adquira as habilidades e competências necessárias”.</p>
<p>Como foi trabalhar como interprete de forma híbrida em tempos de pandemia?</p> 	<p>Intérprete: “Primeiramente foi um grande desafio, pois como não tínhamos todo o conhecimento relacionados às TICs e plataformas de aprendizagem tivemos que aprender a trabalhar com elas de uma hora para outra e orientar o acadêmico sobre o uso delas. Tudo muito novo e complicado, pois como a maioria dos docentes não disponibilizam os conteúdos antes das aulas com ensino híbrido ficou mais difícil ainda. Tivemos que aprender a trabalhar com a janela interativa. Comprar aparelho tecnológicos e pacotes de internet para que todo mês pudéssemos garantir a acessibilidade linguística aos acadêmicos. A lidar com a falta de sinal de internet e problemas técnicos durante as aulas. A ausência dos acadêmicos por falta de dados móveis.</p> <p>A grande quantidade de áudios e vídeos para serem traduzidos nos grupos de WhatsApp, Telegram e outras plataformas, mas principalmente pela falta de sensibilidade de alguns docentes em relação ao difícil momento.</p> <p>Os problemas de saúde que não atingiu somente a nós como também os acadêmicos que ainda hoje tentam superar os traumas do isolamento. Por que eles sim em determinados momentos ficaram isolados. Enfim, tivemos que nos virar nos trinta e ainda assim o sentimento de angústia e impotência”.</p>

O intérprete dentro de sala de aula é alguém indispensável para o acadêmico surdo, pois é responsável por estabelecer a conexão entre o surdo, o professor, colegas e os membros da universidade, interpretando entres os indivíduos que compartilham línguas e culturas diferentes. Porém o intérprete só foi considerado profissão com a conquista dos surdos pautado na Lei de nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, o tradutor/intérprete passou a ser reconhecida com profissão de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Além disso, os surdos possuem direito assegurado na Lei de nº 13.146, de ter acompanhamento de intérprete nas aulas que este esteja matriculado regulamente e formação necessária. Todavia o profissional atuante nesse ramo não precisa apenas conhecer a língua praticada pelos surdos.

Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificação de proficiência na libras; Os tradutores e intérpretes da libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aulas dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habitação, prioritariamente, em tradução e interpretação em Libras (BRASIL, 2015).

O candidato, sobretudo em seu currículo deve constar itens importante para o cargo, a qual corresponda as necessidade do surdo. Girke (2018) ressalta que não é tão simples o processo de tradução, pois a responsabilidade do aprendizado do educando surdo é do tradutor (a), sendo através do seu trabalho que o conteúdo pode ser acessado pelo surdo, dessa forma está envolvido na educação do mesmo.

Todavia, a presença do intérprete não garante acessibilidade plena, pois existem outros fatores, inclusive nas barreiras considerada na Lei 13.146, vamos citar apenas uma. “D) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”. (BRASIL, 2015). Assim, compreendemos que o intérprete não é suficiente, visto que, algumas barreiras necessitam ser ultrapassadas. Principalmente essas encontradas na mudança de modalidade de ensino, como aula televisionada. Outro fato levantado também pela intérprete foi o problema de internet, já que precisava estabelecer a comunicação com o surdo, principalmente em um formato visual.

Ao dialogarmos com outra intérprete, entendemos que a pandemia trouxe alguns fatores negativos na formação do surdo, porém outras formas de ensinios sugeriram.

Qual sua formação?	Intérprete: “Letras Língua Portuguesa e Letras Libras 2º de Licenciatura, cursando especialização em Tradução e Interpretação”.
Qual a função do interprete em sala de aula?	Intérprete: “O papel do interprete é facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes, traduzindo na forma direta e sinalizada, facilitando a compreensão do acadêmico surdo”.
Como foi trabalhar como interprete de forma hibrida em tempos de pandemia?	Intérprete: “Foi uma experiência um tanto relevante e de grandes obstáculos, mas ao mesmo tempo de grande valia e aprendizado, visto que o cenário era muito complicado e não podíamos nos expor ao vírus. O formado hibrido foi uma solução para não pararmos as atividades. Tivemos pontos positivos e negativos, mas conseguimos realizar de forma clara e objetiva nosso trabalho como intérprete, uma das nossas maiores dificuldades foi o acesso à internet devido oscilar muito em nosso município, digamos que o acesso é precário e isso dificultava realizarmos



chamada de vídeo, visto que o surdo é visual, e nosso trabalho era realizado basicamente por chamadas de vídeos, vídeos e plataforma meet.

Se o acesso fosse instável a comunicação seria muito interessante e o acadêmico surdo entenderia as atividades claramente, Existiram as dificuldade mas a experiência foi muito relevante para o nosso crescimento profissional, visto que uma das ferramentas mais utilizada pelos acadêmico surdos é o telefone, esse instrumento potencializa a comunicação entre comunidade surdo e surdo e ouvintes”.

Independentemente dos ocorridos no processo de aprendizagem dos surdos, causado pelo fechamento da universidade, impulsionou a todos os profissionais da educação e alunos a conhecer e trabalhar com outros equipamentos tecnológicos. Ferramenta que ganhou mais força nesses tempos difíceis.

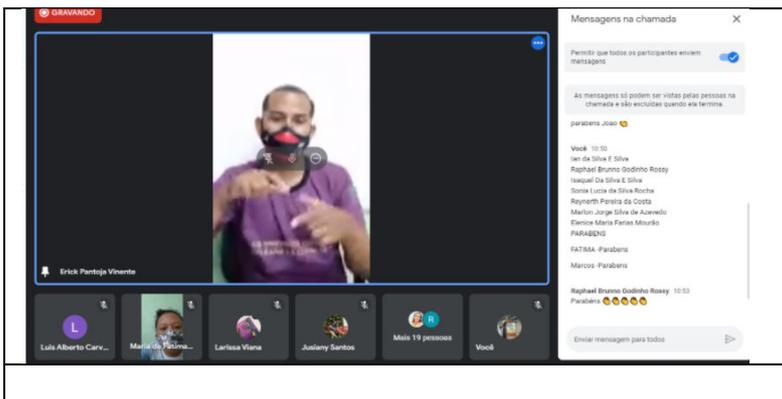
No dia 27 de maio de 2020 a federação Brasileira das associação dos profissionais tradutores e intérpretes e Guiainterpretes de língua de Sinais (FEBRASPILS) efetuou uma nota técnica sobre a interpretação remota, lançando orientações das formas de oferecerem seus serviços de interpretação.

O documento apresentava duas situações de interpretação. A primeira é sobre videoconferências direcionado apenas em direção a língua de sinais. Em segundo, videoconferência com o número reduzido de participantes exigindo a interpretação nas duas direções, isto é, língua sinais e língua vocal. As orientações estão organizadas em tópicos: I. local para a realização do trabalho, II, conectividade e equipamentos, III. Enquadramento e interpretação, IV. Trabalho em grupo e V. confidencialidade. Houve uma demanda de informação e mudança, abrindo novos horizontes para a educação brasileira.

Isto são outras demandas de informações para contribuir no crescimento dos surdos dentro na Universidade, para que assim, o trabalho não seja elaborado de forma desorganizada em um sistema remoto.

Em seguida analisaremos os surdos nesse contexto educacional digital.

<p>O que você MENOS gosta no curso de letras?</p>	<p>Acadêmico surdo: “Não gosto áudio professores enviar grupos sempre”.</p>
<p>Como foi estudar de forma hibrida em tempos de pandemia?</p>	<p>Acadêmico surdo: “Ruim muito porque Internet ajuda nada”. Interprete distante, tutor também</p>

	<p>por causa do vírus. Trocar interprete também, ela muito difícil de entender, agora interprete pouco sinal, celular meu não pegar internet.</p>
--	---

<p>O que você MENOS gosta no curso de letras?</p>	<p>Acadêmico surdo: textos muito longos, palavras que eu não entender significado, prof. também manda áudio, difícil “</p>
<p>Como foi estudar de forma hibrida em tempos de pandemia?</p> 	<p>Acadêmico surdo: “Internet difícil casa não ajudar, UEAS, não poder ir sempre por que aula online, está difícil, mas aprender programas que ajuda a estudar</p>

A partir das mudanças no ensino, foram estabelecidas como proposta as aulas virtuais. Segundo (VERCELLI, 2020, p. 50) “As aulas remotas ocorrem de forma sincrônica, portanto com a presença do professor em tempo real, sendo que as dúvidas podem ser sanadas no momento em que surgem, por vídeo ou por chat”. Essa modalidade de ensino foi a alternativa encontrada para que o processo de aprendizagem continuasse. Assim, levantado por (VERCELLI, 2020, p. 49) “adotaram-se aulas remotas para que as atividades não fossem paralisadas e os estudantes prejudicados em seu processo de aprendizagem”.

Com o novo formato de ensino nos ambientes virtuais, os alunos têm a possibilidade de trocar informações e experiências com os professores mestre e doutores da faculdade, realizando trabalhos em grupos, debates, reunião em espaço virtual, grupos *on-line* e outros meios tecnológicos que estabeleça o relacionamento entres os indivíduos.

Diante dos pensamentos dos alunos surdos, compreendemos a importância do trabalho em grupo, acima de tudo, como diz Imbernón (2016) em seu entendimento, grupos dos professorados, em prol de uma melhor qualidade de formação, centrando-se nos trabalhos colaborativos no enfrentamento dos desafios que surgem na prática. Problemas estes, como a falta de uma boa conexão de internet, recursos financeiros, saúde, entre outros obstáculos que dificulta a continuação dos estudos em casa. Observamos que o principal empecilho da aprendizagem se deu pela péssima rede de internet que não permite uma boa conexão na cidade de Parintins.

Assim, entendemos que os surdos precisaram se adaptar a esse novo normal, buscando maneiras para aumentar seu conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outros aspectos devem ser revistos ao analisar o jovem surdo no contexto universitário. Sobretudo, levar em consideração a trajetória escolar anteriormente, com espaço não preenchido no processo de aprendizagem, mas muitos indivíduos alcançam outros níveis sem o devido crescimento intelectual durante sua vida escolar. Além disso, esse trabalho foi de grande importância para elucidar os desafios que os acadêmicos surdos do curso de Letras enfrentam no processo inclusivo dentro do CESP-UEA.

Os dados da pesquisa apresentam a trajetória de luta dos surdos pelo seu espaço como cidadãos. Com a frequência dos surdos no ensino superior, a sociedade em geral, teve a chance de obter contato e conhecer ainda mais uma comunidade de pessoas que anteriormente eram marginalizados, oprimidos e impedidos de expressar-se por meio de sua língua. No entanto, os surdos não são estrangeiros no seu próprio país e incapazes de aprender. O surdo busca progredir, expandir seus conhecimentos e futuramente oferecer resultados positivos para uma vida melhor.

O grande colaborador no auxílio dos surdos são os tutores e os intérpretes. Eles se disponibilizam com um apoio irrecusável no crescimento desse grupo, visto que, além de apresentarem aos surdos os conteúdos tratados nas aulas trabalhado pelos professores, estão junto na luta por melhores condições.

Vale ressaltar, que as abordagens direcionadas para os surdos está longe de ser a ideal, no entanto, é um grande avanço da comunidade surda, pois antes, os surdos eram expostos a um sistema educacional orientado por ouvintes, em que não havia interação entre o professor/aluno surdo, chegando a proibição de sua língua natural. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, isso mudou, tornando obrigatório não somente serem ensinados através de sua língua, mas também a garantia da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, nº 9394**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Constituição (2019). **Constituição da República federal do Brasil**. São Paulo, 2019.

BRASIL, Diário Oficial da União. Ministério da saúde/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 395, de 16 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 26/11/2021.

BRASIL, **Lei 13.146 de 6 de junho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência), Brasília, DF**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL, Lei 12.319, 1 de setembro de 2010, **REGULAMENTO A PROFISSÃO DE TRATUTORE INTÉPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SENAI**, Brasília, DF. Disponível em: <https://presrepublica.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>. Acesso em 02 nov. 2021.

BERBERIAN, A. P.; MORI-DE ANGELIS, C. C.; MASSI, G. (org.). **Letramento: referências em saúde e educação**. São Paulo: Plexus; 2006.

COLL, Cesar; MARCHESI, Alvaro; Palacio, Jesus. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Trad. Fatima Murad. 2 ed. Porto Alegre: Artemed, 2004.

CICCONE, Maria. **Comunicação total: introdução, estratégias a pessoa surda**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia Visual/Sinal na Educação dos Surdos**. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: AraraAzul, 2007. p.100-131.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES OS PROFISSIONAIS TRADUTORES, Intérpretes e Guias- Intérpretes de Língua de Sinais, NT N° 004/2020: Nota técnica sobre interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de Sinais, 2020.

FERNANDES, Sueli. **Letramento na educação bilíngue para surdos**. In: BERBERIAN, A. P.; ANGELIS, C. C.M. d GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeito surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

GOLDFELD, Macia. **A criança surda – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997.

GOMES, Viviane Silva. **Docente surdo: o discurso sobre uma prática**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, UFPB, João Pessoa, PB, 2015.

GIRKE, César Augusto. **Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais**. 2018. 68 f. TCC (Graduação) – Curso de Bacharelado em Letra Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GUARINELLO, Ana Cristina. **Letramento e linguagem nas práticas com sujeitos surdos**. In: BERBERIAN, A. P.; ANGELIS, C. C.M. de; MASSI, G. (org.). **Letramento: referência sem saúde e educação**. São Paulo: Plexus, 2006. p. 348-367.

IMBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado: uma mudança necessária**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2016.

KARNOPP, Lodenir Becker, PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Condições de leitura e de escrita na educação de surdos. In: LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B. de; FERNANDES, E (org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LIMA, Juliana Corrêa de. **Estratégias de ensino para alunos com surdez. Jornalismo Científico e cultural**. Revista Arco: UFSM, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/estrategias-de-ensino-para-alunos-com-surdez-na-universidade/>. Acesso em: 04 out. 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cadernos Cedes 46, Campinas: UNICAMP; Campinas: Papyrus, v.46, p. 68-80, 1998.

LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B. **A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas**. In: LODI, A.C.B.; LACERDA, C. B. F (org.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. CAETANO, J. F. Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, C, B. F. de; SANTOS, L. F (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos**: Oficinas com surdos. 2004, 282f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Cadernos Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

MONTEIRO, Elizabete Cristina de Souza de Aguiar. **O serviço de referência e a acessibilidade aos deficientes visuais**. In: XVI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias e II Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. p. 1-12.

MARGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. **O Papel do intérprete de libras na sala de aula inclusiva**. Revista Brasileira de Educação e cultura – ISSN 2237-3098. São Gotardo, 2013.

MACHADO, Gláé Corrêa. **Caminhos para a educação inclusiva: A construção de saberes na formação e na experiência dos professores**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, *olh@res*, Guarulhos, v. 2, n 2, p. 255-276. Dezembro, 2014.

NODAL, Paula. **O desafio de ensinar Língua Portuguesa a alunos surdos**. Nova escola, 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1533/o-desafio-de-ensinar-lingua-portuguesa-a-alunos-surdos>. Acesso em: 18 ago. 2021.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de surdo**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

PEIXOTO, Renata Castelo. **Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda**. Cadernos Cedes, Campinas: UNICAMP; Campinas: Papyrus, v. 26, n. 69, p. 205-229, maio/ago. 2006.

SOBRAL, Fernanda da Fonseca. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social?**. São Paulo em Perspectiva: fundação SEADE, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/sQMSgXNqXmnJzKv5mngvjmg/lang:pt>. Acesso em: 15 out. 2021.

SÁ, Nidia Regina Lima. **Surdos: qual a escola?**. 22 ed. Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

SCHELP, Patrícia. Paula. **Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neolinguísticas**. São Paulo, Plexus, 2007.

SANTOS, Patrícia Tuxi dos; KELMAN, Celeste Azulay. **Estratégias pedagógicas no ensino de português como segunda língua**. Londrina, 2007.

SANTOS, Lara Ferreira dos. **O instrutor surdo em uma escola inclusiva bilíngue: sua atuação junto aos alunos nos espaços da oficina de língua brasileira de sinais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba.

SOARES, Magda. **Novas Práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação e Sociedade**, Campinas, vol.23, n.81, p.143-160, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SOUZA NETO, Manuel Fernandes. **O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor**. Cadernos Cedes, Campinas: UNICAMP; Campinas, vol. 25, n.66, p.249, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a07v2566.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

TACCA, Maria Carmen (org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Projeto pedagógico do curso de graduação licenciatura em letras Língua Portuguesa**. Parintins, 2021.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. **Aulas remotas em tempos de Covid-19: a percepção de discentes de um programa de mestrado profissional em educação**. Revista @mbienteeducação. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 13, n. 2, p. 47-60 Mai/Ago 2020.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 4.^a ed., 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto; Luiz Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 6.^a ed., 1998.